

A apropriação do espaço público pelo uso do graffiti no ES

La apropiación del espacio público por el uso del graffiti en el ES

Isabela Machado Breda (UFES)
isamachbreda@hotmail.com

Resumo

No espaço público urbano há diversas manifestações e intervenções que apresentam práticas culturais e artísticas. Esta pesquisa tem a intenção de elucidar conceitos da prática artística do graffiti/ pichação e apropriação do espaço público a partir de intervenções no Espírito Santo que mostram como os conceitos são latentes do cotidiano. Em que o espaço público é transitado e constituído por sujeitos marginalizados e invisíveis que fomentam a paisagem urbana pelo uso da apropriação da cidade como suporte.

Palavras chaves: espaço público, graffiti, pichação, apropriação

Resumen

En el espacio público urbano hay diversas manifestaciones e intervenciones que presentan prácticas culturales y artísticas. Esta investigación tiene la intención de elucidar conceptos de la práctica artística del graffiti /pichação y apropiación del espacio público a partir de intervenciones en el Espírito Santo que muestran cómo los conceptos son latentes de lo cotidiano. En que el espacio público es transitado y constituido por sujetos marginados e invisibles que fomentan el paisaje urbano por el uso de la apropiación de la ciudad como soporte.

Palabras claves: espacio publico, graffiti, pichação, apropiación

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao desenvolver a pesquisa em Iniciação Científica¹ com o graffiti no Espírito Santo – ES, me deparei com as questões sobre o espaço público, suas formas de uso, o suporte usado nas intervenções, a legalidade e sobretudo a vivência que o sujeito inserido no movimento graffiti transita pela cidade.

SOBRE GRAFFITI

Grffiti é um nome dado pela mídia que foi amplamente divulgado nos anos 1960/70 por coincidir com o mesmo suporte de intervenção – o muro da cidade - os graffiti nos muros da Itália com inscrições de poesias, declarações de amor, fofoca e propaganda fatidicamente, a mídia comparou com o movimento que surge oriundo do hip-hop nas periferias de Nova York nos Estados Unidos. Os praticantes dessa época a chamavam de *writing* pelo fato de escreverem seus nomes ou *tags*² reproduzindo-as o máximo que podiam, demarcando sobre tudo as regiões em que viviam ou das gangues que pertenciam e também chamadas de *aerosol art* fazendo menção ao uso da lata de spray. O nome graffiti também foi usado para identificar as intervenções nos muros das cidades na França no movimento de Maio de 1968, porém de caráter político.

No Brasil, no final dos anos 1970, a mídia identificava o termo pichação³ ao uso do piche e associava a sujeira, por causa do efeito que os pincéis largos faziam ao pintar e formando borrões. Para tal, identificou-se e nomeou o movimento do graffiti como pichação, um rótulo genérico que Knauss (2001) cita que o termo era usado para expressões variadas, inscrições políticas ou poéticas. Essa pichações tem a mesma função da reprodutibilidade do graffiti nova-iorquino como os "Lerfa-mú" e "Celacanto" provoca maremoto.



Imagem 1 – Jornal O Globo 1978.

Para tal, trago a discussão que Zaidler (2011), fomenta sobre a distinção da palavra grafite e graffiti:

[...] uma das primeiras providências do processo de “enquadramento” do graffiti foi a tradução do termo por meio da usurpação de um substantivo há séculos com significados específicos: grafite. [...] A palavra grafite quer se distinguir, e consegue, da verdadeira tradução de graffiti para o português: pichação. [...] para diferenciar o grafite da pichação é que esta seria derivada da palavra escrita e da temática contestatória, enquanto que aquele apresenta imagens e teria função “quase que” decorativa. Pichação seria vandalismo e grafite arte. Zaidler (2011: 139).

Essas considerações sobre graffiti, grafite e pichação são para situar a discussão e compreendermos como surge a marginalização desses intervenções. Além disso, existe outro tipo de validação que é dado pelo movimento do graffiti: a legalidade e não legalidade, também chamado de vandal. Para o movimento a ilegalidade é crucial para definir a inscrição feita, independente dela ser colorida, de difícil acesso, grande, pequena, bonita ou feia. Se a intervenção é não autorizada ela é validada como graffiti, caso o contrário não se encaixa no movimento.

Com as considerações sobre graffiti feitas introduz-se o trabalho sobre sua vertente: a pichação. Se discute então o papel da mídia e a apropriação do espaço público.

Com a grande ocorrência de inscrições urbanas nas cidades da Grande Vitória nas vias públicas de circulação pela apropriação do espaço público e também nas propriedades privadas questionando a segurança da cidade pelo uso do local e a visualidade que é construída na paisagem urbana pela intervenção graffiti.

Para discutir o objeto proposto foi necessário reunir bibliografias que dialogassem na discussão de espaço público, mídia e apropriação. Somente depois trazê-las para o âmbito da Grande Vitória. Para isso, trouxe algumas definições de apropriação do espaço público com Mendonça (2007):

[...] as apropriações, mesmo quando intuídas e adaptadas não implicam, necessariamente, em inadequação ou indícios de marginalidade. Podem, ao contrário, indicar criatividade, capacidade de melhor aproveitamento das infraestruturas públicas e fornecer subsídios que alimentem o projeto e a construção futura de ambientes desta natureza. [...] MENDONÇA (2007 : 296)

Com essa observação de Mendonça (2007) podemos observar a apropriação de espaço público pela marginalidade, da qual a autora não cita a pichação mas que pode facilmente ser remitir a ela e com outros autores conseguimos fazer uma intertextualidade. Com isso Zaidler (2011), que nos auxiliará na maioria das questões levantadas nessa pesquisa, numera os cinco atores principais responsáveis pelas decisões no campo de disputa pela ocupação artística que [...] Cada uma dessas categorias atua de acordo com ideologias próprias, respondendo a diferentes interesses, os quais as intervenções revelam com nitidez[...].

Outro ponto importante que Zaidler define é o espaço público de acordo com a possibilidade de contato que qualquer pessoa pode estabelecer com ele, e me fez conversar com Schmid (2012) sobre o espaço percebido, concebido e público com uma visão Lefbreviana.

Para a discussão da mídia e a evolução da pichação Knauss (2001) nos auxilia com a sua publicação contando uma história a partir dos jornais que o autor encontrou entre o final dos anos 1960 e meados dos anos 1990. Com esse autor podemos observar o processo das intervenções até ser chamadas de marginalização e combatidas violentamente pelo estado:

Na primeira metade da década dos anos 1980, o quadro político terminou confundindo a técnica pictórica do *spraycan* com manifestações de natureza diferente. Além disso, criou-se a possibilidade de que o grafite à moda nova-iorquina, que vinha sendo introduzido no Brasil pudesse ser pensado como motivado por movimentos organizados de contestação política e partidária – ditos subversivos, conforme a noção política empregada na época. KNAUSS (2001 : 342)

Knauss, consegue narrar uma história evolutiva da mídia e pichação até chegar a problemática psicológica e sociológica que correlaciono com MACEDO (2013) na qual a autora traz a palavra do ato de sujar que foi impulsionada pelo documentário Pixo (2011).

Com as informações sobre a criminalização da pichação citadas, chamo para a discussão Souza (2008) em que o autor identifica a auto-segregação como uma medida escapista, com este autor tento expressar o medo da violência, as pessoas então passam a se isolar e se afastar dos espaços comuns, espaços esses que são transitados pelo movimento graffiti.

Para finalizar, as discussões que Dardot e Laval (2017) propõe uma discussão sobre o novo “cercamento” do mundo cem que consideram os efeitos nas relações sociais “[...] as desigualdades se aprofundaram, o patrimônio dos mais ricos cresceu vertiginosamente, a especulação imobiliária acelerou a segregação urbana” os efeitos que dos comum a fragmentação e segregação na sociedade.

Para esta discussão foi necessário buscar os motivos pelos quais a tinta na parede é considerada como marginalidade, ilegalidade e seu sujeito um criminoso. Tudo por conta da propriedade privada.

Os jornais na década de 1970 e 1980 noticiavam, a todo tempo, inserções de diversos tipos como: o “*spray da reivindicação*” que surgia do movimento de contestação política vivida da época; inscrições do tipo religiosas que ocasionou em prisão de um líder de uma seita; propaganda como Cão Fila k26⁴, e as Poesias de Tapume⁵. Com isso, a pichação no Brasil não se consolidou como manifestação urbana ao mesmo modo das *tags* nova-iorquinos. A pichação no Brasil foi designada para descrever uma inscrição na parede e sobre tudo, significar sujeira.

Knauss (2001) conta, que a imprensa em 1980, noticiou que o prefeito Israel Klabin promoveu um programa de prevenção e desenvolver formas de punição, Com essa decisão tornou a pichação em um problema de administração pública.

Apresento agora as considerações feitas por Knauss de como o sujeito inserido no movimento graffiti começou a ser anunciado pelos jornais:

[...] a sujeira da cidade promovida pelo grafite andou junto com o tema da agressão à propriedade privada e, sobretudo, ao patrimônio público, associando seus produtores à condição de vândalos.
KNAUSS (2001 : 342)

Com o Estado combatendo fortemente a questão da limpeza pública, se agravava cada vez mais a associação do graffiti ao patrimônio público e a propriedade privada:

Nesse sentido, a avaliação do grafite fica condicionada pelo prejuízo, como na indicação de que dos 324 monumentos da cidade do Rio de Janeiro, 216 estavam marcados com pichações. O grafite urbano é, então, identificado ao poder impuro no espaço metropolitano e as despesas que o ocasionam seriam consequência da necessidade de reinstaurar a pureza da cidade. KNAUSS (2001 : 342)

Para forçar o controle a pichação o governo de Marcello Alencar solucionou essa questão com a repressão policial e a prefeita Luiza Erundina, deixou a cargo da guarda municipal resolver essa questão, e ainda declarou no jornal Folha de São Paulo em 1989, que a pichação era caso de polícia⁶. Ao realizar-se identificando-se como ato de vandalismo.

Ao instaurar o regime democrático as inscrições urbanas passaram a ser pauta da segurança pública, realizando diversas prisões a polícia se legitimou ao atribuir a associação do graffiti ao tráfico de drogas⁷, confundindo a comunidade e as instâncias sociais, tentando atribuir as *tags* a um código de marginalidade. Além disso, tentou-se controlar a venda de sprays quantidade por pessoa e apenas para maiores de idade⁸, através de legislações.

No início dos anos 1990, essas leis começaram a ficar mais severas incluindo premiação para quem delatasse, a imprensa ajudou a propagandar essa ação. Com essa ação, grupos de moradores montavam vigílias armadas para poder pegar em flagrante os pichadores, surgindo então jovens feridos⁹. A legislação em Vitória – ES, foi determinada pelo prefeito Luciano Rezende a pagar 9 milreais¹⁰ para pichadores pegos em flagrante, a realidade foi mostrada pela mídia que essa lei não inibiu a pichação¹¹.

Várias tentativas foram feitas para conscientizar jovens pelas prefeituras porém a ação de Binho e Neto, esses dois pichadores de São Paulo mudaram o enfoque da pichação, inserindo seus nomes no Cristo Redentor, ao serem presos declararam a mídia que o que fizeram seria para ficarem famosos, dando tão certo, que cá estou escrevendo sobre eles... Com isso, desencadearam uma série de manifestações e o intercâmbio de pichadores entre Rio de Janeiro e São Paulo, (KNAUSS, 2001).

A imprensa começou a divulgar avaliações psicológicas dos jovens, mudando o enfoque, apontando para outras soluções como psicologizar o graffiti e não usar a força como controle. A polícia civil começa então a chamar os pais antes de aplicar qualquer advertência e então passou o graffiti para outro campo de questionamento.

Para Knauss (2001) a pichação é “considerado uma manifestação de grupos de jovens adolescentes, o grafite conduz à indagação não só do comportamento rebelde, irreverente e violento da juventude” que dialoga com (MACEDO, 2016 : 31) mesmo que o picho seja um jogo disputado pelo grupos urbanos, esse movimento questiona “a estética urbana imposta pela publicidade, valores burgueses distantes da cultura da periferia. Diante disso, os escritores urbanos ou pichadores configuram outro visual no espaço urbano”. Essa tendência de buscar a subverter a cidade é apresentado no filme Pixo, (2010) de João Weiner e Roberto T. Oliveira, e surge em forma de indagação “Que sociedade é essa que forma uma geração inteira que precisa se expressar através da destruição?”. É nesse caráter ideológico que os praticantes da pichação, dessa afirmação de um indivíduo e o desejo de reconhecimento que encontramos nas inscrições da cidade, do espaço público.

Toda a discussão sobre o picho e o seu indivíduo se dá apenas por tinta na parede em espaço público e propriedade privada. O foco da discussão será o espaço público, que Zaidler (2013) avalia a partir de definições do ‘existir’ espaço público:

Em um extremo, a rua, a praça, os edifícios e equipamentos públicos; no centro, o espaço visual: paredes, muros, jardins particulares etc., cuja materialidade é privada, mas a visualidade é de todos; no outro extremo, o privado aberto ao público; este dispõe de um inesgotável arsenal de mecanismos para selecionar as pessoas para qual se abre. (ZAILLER, 2013 : 134).

Dialógo com a citação acima com Schmid (p 32, 2012) que analisa do ponto de vista Lefbviriano, três referenciais sobre o espaço público que pode dialogar com as situações apresentadas da pichação: 1) o espaço percebido, que se refere ao aspecto da materialidade, aquilo é visual, palpável e olfativo. A rua é a forma mais clara de identificar suas formas, MENDONÇA (2007) apud LAMAS (s/d) “a rua ou o traçado relaciona-se diretamente com a formação e crescimento da cidade de modo hierarquizado, em função da importância funcional da deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, pessoas e idéias”. Destaca-se a poética do pichador ao usar as ruas de maior mobilidade para poder ganhar mais visibilidade, pois é na hierarquia da rua, que ele se insere em um espaço público mas que não é tão público, reiterando que a visualidade é de todos mas não nos pertence; 2) o espaço concebido que Schmid traz é o entendimento sobre a sua representação, “o espaço só pode ser concebido ou entendido por alguém quando for concebido e representado por alguém”. Para isso, trago o relato de PONTELLO (2011) que conta a relação de um espaço concebido, o grafiteiro ao pintar uma escadaria beco no bairro do centro de Vitória, é interrompido por um morador dizendo: “até que enfim que alguém estava fazendo alguma coisa”, pois naquele lugar estava sendo ocupado por usuários de drogas que usavam o local para fazer necessidades. O transeunte-morador concebeu aquele espaço para um outro campo. Concebeu-se outra representação de um lugar que já havia uma concepção; 3) e Para o espaço vivido, costumo compreender a rua como um lugar que representa a experiência da liberdade, para Schmid (2012) e para não ser inocente vivenciar o espaço público da cidade com a pichação é o espaço experimentado por mim e por pichadores em nossa vida cotidiana pois assim com a vivência do espaço compreendo a produção e sua apropriação.

Com Zaidler (2013) identificam-se cinco apropriações do espaço público 1) Instituições do Estado e administrações governamentais; 2) instituições privadas – comerciais e culturais (inclui-se as religiosas e os museus públicos 3) a indústria cultural; 4) o próprio artista e/ou sua comunidade 5) e institutos culturais privados e organizações não-governamentais. (ZAILLER, 2013).

Por outro lado, mesmo que o graffiti tenha essa intenção poética artística ideológica, a manifestação urbana notou-se pela mídia atrelada a marginalização, para isso exponho a visão a partir da citação:

No entanto, este potencial de abrangência quanto à apropriação dos espaços públicos vem também sendo fortemente cerceado pela difusão do medo, associado à violência urbana, inicialmente vinculada às grandes cidades, apresentando na atualidade, generalizações na realidade e no imaginário também das médias e pequenas cidades. MENDONÇA (2007)

Apesar de tudo, ao observar com Dardot e Laval (2014) que a sociedade se polarizou e fragmentou, eles traçam o “paradigma dos comuns” e citando Bollier:

Os comuns constituem o humo em que nascem novas práticas sociais comunais; estas nos fornecem pistas eficazes para repensarmos nossa ordem social, nossa governança política e nossa gestão ambiental. Os comuns tornam possíveis novas energias ascendentes capazes de redesenhar nossas instituições políticas.

Pode-se em um determinado momento compreender a manifestação urbana apresentada com um reflexo do processo ideológico que nossa sociedade passa. Os indivíduos do movimento graffiti perambulam e se inserem numa cidade que os rejeita, a partir da compreensão dessas sujeitos é possível redefinir algumas posições quanto o ser marginal e a subversão do espaço público.

Considerações Finais

A Manifestação urbana do graffiti responde rejeição da sociedade truculenta junto de um Estado que banaliza as práticas sócios-culturais, aferindo um enaltecimento da propriedade privada. A apropriação do espaço público e da visualidade, exibe uma paisagem fragmentada, demarcada por espaços privados fortemente defendidos e espaços públicos carentes de melhorias estruturais.

Citações

¹ Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Pesquisa e Extensão em Arte (UFU).

² Assinaturas inelegíveis que representam o sujeito no movimento.

³ Há diferença do termo pichação e pixação. De acordo com Macedo (2016: 28): Em português a grafia correta da palavra pichação é com ch. No entanto quando o vocábulo refere-se especificamente a um tipo de pichação que envolve uma disputa entre grupos de pichadores no espaço urbano, a grafia da palavra é apresentada com a letra x.

⁴ Vendedor de cães da raça fila escrevia com spray vermelho pela cidade de São Paulo. KNAUSS (2001). Na Grande Vitória observamos a inscrição de propaganda Corto Árvores seguido por número de telefone.

⁵ Poesia em giz de Gilson de Abreu Marinho, que recebeu validação de Ana Maria Machado e Carlos Drummond de Andrade KNAUSS (2001).

⁶ Erundina diz que pichação é caso de polícia. Folha de São Paulo. 20/06/1989.

⁷ No ES são comumente encontrada as inserções TD2 e TD3, que são facções rivais.

⁸ O movimento graffiti acontece em sua maioria entre jovens menores de idade no ES.

⁹ Sou pichador não Ladrão, afirmou um dos feridos baleados na loja Caju, Jornal do Brasil, 1987. Menores são baleados na cabeça quando pichavam muro, O Globo, 26/10/1987. Testemunha da morte de pichador dá depoimento. Folha de São Paulo, 13/09/1990.

¹⁰ Lei contra pichação prevê multa de 9 mil a pichadores, G1, 20/02/2016.

¹¹ Pichação. Lei não pune nem inibe infratores em Vitória, O Metro, 03/03/2017.

Referências Bibliográficas

KNAUSS, Paulo. Raízes e Rumos – perspectivas interdisciplinares em estudos americanos. Grafite Contemporâneo Urbano. Ed 7Letras. Rio de Janeiro. 2001.

MACEDO, Érika Sabino. Pelos Muros da Cidade – Uma leitura de imagem do Graffiti de Vitória. Vitória: Phocus, 2016.

MENDONÇA, Eneida. Estudos e Pesquisas em Psicologia. UERJ. RJ, v. 7, n. 2, Apropriação do Espaço público: alguns conselhos. p. 296-306, ago. 2007.

PONTELLO, Renato. O grito calado: da cidade, na cidade e para a cidade. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de arquiteto e urbanista do Centro de Artes da Universidade Federal do ES, sob orientação do prof. Rogério Almenara Ribeiro. 115 p. 2011

SCHIMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP: espaço e tempo, 2012. Pg 32, 89-109.

ROSANELI, Alessandro et al. Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR. Revista Brasileira de Gestão Urbana. 2015.

ZAIDLER, Waldemar. *In: II Seminário Internacional sobre Arte Pública en Latinoamérica - Arte Público y Espacios Políticos: Interacciones y fracturas en las ciudades latinoamericanas*” Volume I. Arte Pública e Arte de Rua - graffiti versus grafite. C/Arte Projetos Culturais. Vitória - ES. 2011.

GEAP BRASIL



II SEMINÁRIO NACIONAL GEAP BR Local e Global na Arte Pública: Ações, Projetos e Políticas no Brasil

Promoção:



Organização:

Grupo de Estudos sobre
Arte Pública no Brasil | CNPq

Programa de pós-graduação em
ARTES
VISUAIS

Apoio:

Curso Graduação em
Artes Visuais
INSTITUTO DE ARTES - UNICAMP



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
Biblioteca do Instituto de Artes – UNICAMP
Bibliotecária: Sílvia Regina Shiroma – CRB-8ª/8180

Se52a Seminário Nacional GEAP – BR – Grupo de Estudos sobre Arte
Pública no Brasil (2. : 2018 : Campinas, SP).
Anais do II Seminário Nacional do Grupo de Estudos sobre Arte
Pública no Brasil: Local e global na arte pública. Ações, projetos
e políticas no Brasil / organizadores: Sílvia Furegatti; Almeirinda
da Silva Lopes; Luiz Sergio de Oliveira – Campinas, SP:
IA/UNICAMP, 2019.
204p.

ISBN: 978-85-92936-05-1

1. Arte. 2. Arte pública – Brasil 3. Espaço público. 4. Monumentos.
I. Furegatti, Sílvia Helena (Org.). II. Lopes, Almeirinda da Silva
(Org.). III. Oliveira, Luiz Sergio de (Org.) IV. Título.

23ª CDD 700